

TJ^{EM} Revista

ano I | n° 1 | outubro • novembro • dezembro • 2010



EDIÇÃO ESPECIAL

TJMA: 197 anos de história

Desembargadores adotam práticas para agilizar processos

Ouvidoria à disposição da comunidade

ENTREVISTA: presidente Jamil Gedeon avalia números da Justiça

20 anos do Código de Defesa do Consumidor



Capa

TJMA COMEMORA 197 ANOS DE HISTÓRIA

5

Entrevista



DES. JAMIL GEIDEON ANALISA CENÁRIO ATUAL DA JUSTIÇA

10

Artigo

JUIZ GERVÁSIO SANTOS DEFENDE A VITALICIDADE DO MAGISTRADO

14

Dia-a-Dia



PRIORIDADE PARA A JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

15

O PODER DO JUDICIÁRIO NA PAUTA DA IMPRENSA

18

20 ANOS DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR

20

PROGRAMA DE RESSOCIALIZAÇÃO ABRE NOVAS PERSPECTIVAS PARA A EXECUÇÃO PENAL

22

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO IMPULSIONA AS AÇÕES DA JUSTIÇA

25

BOAS PRÁTICAS AGILIZAM PROCESSOS NOS GABINETES

28

Livros



FORMAÇÃO DO JUIZ: ANOTAÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA - DESEMBARGADOR LOURIVAL SEREJO

32



RELAÇÕES SIMULTÂNEAS CONJUGAIS: O LUGAR DA OUTRA NO DIREITO DE FAMÍLIA - BRUNA BARBIERI WAQUM

33

Serviços



Tribunal com Nova Biblioteca

34

Ouvidoria: Comunicação com o Jurisdicionado

36



Um novo tempo

Resgatamos a Revista do Tribunal de Justiça como um espaço destinado à disseminação de idéias, projetos, literatura jurídica e outros temas de relevância para o meio jurídico e jurisdicionados em geral, interessados em conhecer um pouco mais sobre nossos serviços.

O espaço é favorável e receptivo à discussão, análise e aprofundamento das questões que dizem respeito à agenda da magistratura, que repercutem na vida da comunidade.

Este primeiro número reverencia o Tribunal de Justiça, a terceira das mais antigas cortes de Justiça do país. Faz um breve passeio na sua história e homenageia alguns aqueles que dedicaram 20 anos de sua vida ao labor diário na sacramentada carreira da magistratura.

Abrimos espaço para os desembargadores exporem seus métodos de trabalho, reunindo, num conjunto de medidas, alternativas viáveis para dar cabo aos julgamentos dos processos.

Nos debruçamos sobre as estatísticas a respeito do trabalho do Judiciário maranhense, para em seguida concluir que, no âmbito geral, o TJMA se encontra em confortável posição em relação a aspectos importantes, a exemplo da produtividade dos desembargadores, com um saldo de mais de 100%.

Rumo à modernidade, adotamos a comunicação eletrônica como primordial para atingirmos a agilidade necessária na rotina administrativa e chamamos os colaboradores da Imprensa para conversar sobre nossos serviços.

Nos abrimos às críticas, mas também às sugestões do cidadão ao instalar a Ouvidoria, que se revelou um eficiente canal de intermediação entre o Judiciário e o cidadão, antes mesmo de sua instalação oficial.

Construímos, reformamos e instalamos novas unidades e aqui deixamos o registro fotográfico, como prova do cumprimento do compromisso assumido com a Justiça de 1º grau - prioridade da gestão.



As boas notícias estão acontecendo na Justiça e anunciam o limiar de um novo ano de muitas realizações.

Des. Jamil Gedeon



Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça

Desembargadores

Antônio Fernando Bayma Araujo

Jorge Rachid Mubárack Maluf

José Stélio Nunes Muniz

Raimundo Freire Cutrim

Jamil de Miranda Gedeon Neto

Presidente

Antonio P. Guerreiro Junior

Corregedor Geral

Cleonice Silva Freire

Vice-Presidente

Cleones Carvalho Cunha

Nelma Celeste S. S. Sarney Costa

Benedito de Jesus Guimarães Belo

Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Anildes de Jesus B. Chaves Cruz

Raimunda Santos Bezerra

José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Marcelo Carvalho Silva

Maria das Graças de C. Duarte Mendes

Paulo Sérgio Velten Pereira

Lourival de Jesus Serejo Sousa

Raimundo Nonato de Souza

Jaime Ferreira de Araújo

Raimundo Nonato Magalhães Melo

José Bernardo Silva Rodrigues

José Ribamar Fróz Sobrinho

José Luiz Oliveira Almeida

Juizes Auxiliares

Raimundo Morais Bogéa

Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Alessandra Darub Alves

Diretora Geral

Francisco Rodrigues Pereira

Diretor Administrativo

Luís Carlos Calvet

Diretor Financeiro

Denise Reis Batista

Diretora Judiciária

Celerita Dinorah de Carvalho

Diretora Ferj

Antonio José Lago

Diretor de Engenharia

Aurino da Rocha Luz

Diretor de RH

Ficha Técnica

TJ em Revista

Assessoria de Comunicação da Presidência
asscom@tjma.jus.br
2106-9070\9071

Jornalista Responsável

Helena Barbosa (MTE 391-HP)

Redação

Amanda Mouzinho
Andréa Colins
Fernando Souza
Helena Barbosa
Irma Hellen
Joelma Nascimento
Juliana Mendes
Orquidea Santos
Paulo Lafene

Fotos

Ribamar Pinheiro
Arquivo TJMA

Arte

Tiago Erre

Visite nosso site

www.tjma.jus.br

Siga-nos no

@TJ_MA

TJMA comemora 197 anos de história



O Poder Judiciário do Maranhão comemorou, em 4 de novembro de 2010, 197 anos do Tribunal de Justiça do Estado. A 4 de novembro de 1813 era instalada, de ordem do príncipe regente D. João VI, a terceira corte de Justiça mais antiga do Brasil, nos moldes das já existentes na época, na Bahia e no Rio de Janeiro.

Tinha então o “Tribunal da Relação do Maranhão”, nome de origem, 10 desembar-

gadores nomeados pelo monarca, dentre os quais o seu primeiro presidente, Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, que dá nome à Medalha do Mérito Judiciário com a qual o Judiciário homenageou magistrados e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça em sessão solene comemorativa.

Instalado provisoriamente onde hoje funciona a Prefeitura Municipal, na Praça

Pedro II, a corte jurisdicional do Ceará ao Amazonas. Os apelos das suas decisões eram remetidos à Casa de Suplicação de Lisboa (Portugal). Cinco anos depois da fundação, era transferido para o cruzamento da Rua da Palma com a 14 de julho, permanecendo ali até 1891, quando, por obra do fim do Império e advento da República, fora extinto, para em seguida receber o nome de “Superior Tribunal de Justiça”, um mês após a

promulgação da primeira Constituição do Maranhão. Mudou novamente de sede, passando a funcionar na Rua Afonso Pena com Rua Direita.

Promulgada a Constituição Federal de 16 de julho de 1934, vieram novas regras de Organização Judiciária para o Brasil, com repercussão em seus estados-membros, dando nova nomenclatura à corte estadual, que passou a se chamar “Corte de Apelação”. Três anos depois, por força da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, outro nome: “Tri-

clássico, com frontão triangular sustentado por colunas no estilo coríntios, leva o nome do jurista e legislador cearense, autor do projeto do Código Civil Brasileiro (1899) quando foi Ministro da Justiça. O prédio foi construído sobre a área do antigo “Cemitério Velho”, sendo tombado pela Unesco

no livro “História do Tribunal de Justiça do Maranhão (1619/1999) - Colônia - Império - República, pelo desembargador e historiador Milson Coutinho, que traçou um panorama da trajetória institucional do TJMA.

Da época de sua implantação até hoje, o Poder Judiciário do Maranhão fortaleceu-se, ganhou porte, estrutura e independência, acompanhando a evolução das leis e dos costumes da sociedade maranhense. Hoje possui 108 comarcas divididas em três níveis administrativos - inicial, intermediária e final; 31 juizados especiais destinados ao julgamento das

pequenas causas e 275 juízes de Direito, para uma população estimada em 6 milhões de habitantes. Na maior comarca, São Luís, tramitam atualmente 159 mil processos. Junto ao Tribunal, 11 mil.

Toda essa história é contada com riqueza de detalhes

como patrimônio histórico nacional. De três pavimentos, abriga atualmente as sessões plenárias do colegiado (24 desembargadores) e das câmaras isoladas cíveis e criminais.

“O Tribunal de Justiça

bunal de Apelação. Já em 1947, com a edição de nova constituição maranhense, o Poder Judiciário passou a ser exercido pelo “Tribunal de Justiça”, sendo composto por oito desembargadores, Júri e juízes de Direito.

PALÁCIO - Mas foi no ano de 1948 que o Tribunal de Justiça do Maranhão passou a ter sede própria, onde funciona até hoje, no Palácio Clóvis Beviláqua, cuja construção fora iniciada pelo interventor Paulo Ramos, concluída pelo governador Sebastião Archer e inaugurada pelo Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra. (Foto 1). O monumento, em estilo neo-



do Maranhão chega próximo aos seus 200 anos firme na sua missão de realizar a Justiça de forma efetiva e acessível à população, aliando o planejamento de suas ações a práticas modernas de gestão”, avaliou o desembargador-presidente, Jamil Gedeon na véspera das comemorações.

PREPARATIVOS - Os preparativos para a passagem da data incluíram a reforma do prédio-sede na capital. Setores voltados para o atendimento ao público externo passaram por recuperação das instalações, como as salas das sessões das câmaras; o antigo Salão Nobre, com ambiente e mobília de época resgatados e restaurados; a Biblioteca, reformada e com acervo atualizado; a fachada histórica recebeu nova pintura e o jardim do átrio foi adornado com plantas ornamentais e iluminação especial os antigos elevadores foram modernizados e adaptados aos usuários especiais. Há cerca de um ano o TJMA não passava por reformas dessa amplitude.

Na esteira das comemorações, o presidente anunciou um calendário de inaugurações de obras em todo o Estado. Dentre as inaugurações, o Fórum da Raposa, a Ouvidoria, o novo juizado da Cohab, a comarca de Olinda Nova, os juizados de Codó e de Pedreiras e os fóruns de Estreito e Carolina. Para o ano que vem, novas unidades cujas obras estão em andamento serão finalizadas e entregues à população.

A solenidade foi presidida pela vice-presidente, desembargadora Cleonice Freire, diante da licença médica do desembargador Jamil Gedeon. O coral formado por servidores do TJMA e da ESMAM teve uma participação especial na cerimônia.

Várias autoridades receberam o diploma e a medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo”: o coronel Carlos Henrique Guedes, Comandante do 24º BC; o desembargador do TRT-16ª Região, James Magno Araújo Farias; o superintendente da Polícia Federal no Maranhão, Fernando Segóvia; o presidente do Colégio Per-

manente de Presidentes de Tribunais do Brasil, Marcus A. de Souza Faver e a servidora do TJ, Alice Araújo Meira, subdiretora, com vinte anos de trabalho no Tribunal, também agraciada.

Também foram condecorados, com diploma e medalha “Desembargador Bento Moreira Lima”, pelos 20 anos de magistratura, os juizes Antonio José Vieira Filho; José Ribamar Castro; Lucimary Castelo Branco Campos dos Santos; Luiz de França Belchior Silva; Manoel Aureliano Ferreira Neto; Maria do Socorro Mendonça Carneiro; Oriana Gomes; Raimundo Nonato Neris Ferreira; Raimundo Nonato Sorocaba Martins Filho; Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro; Talvick Afonso Atta de Freitas e Maria da Conceição Mendonça Torres.

A sessão solene comemorativa contou com a participação do presidente do TJPA, desembargador Rômulo Nunes, que recebeu a medalha em nome do conselheiro Milton Nobre, do Conselho Nacional de Justiça.

Juízes homenageados



Juiz José de Ribamar Castro



Juiz Luiz de França Belchior Silva



Juiz Talvick Afonso Atta de Freitas



Juiz Manoel Aureliano Neto



Juiz Raimundo Nonato Neris Ferreira



Juíza Maria da Conceição Mendonça Torres



Juíza Maria do Socorro Mendonça Carneiro



Juíza Oriana Gomes



Juiz Antonio José Vieira Filho



Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro

Autoridades homenageadas



Fernando Queiroz Segovia Oliveira
Superintendente da Polícia Federal no Maranhão



Des. Marcus Antônio de Souza Faver
Presidente do Colégio de Presidentes de TJs



Des. Milton Augusto Nobre
Conselheiro do CNJ, por Des. Rômulo Nunes (TJPA)



Tenente-Coronel Carlos Henrique Guedes



Des. Magno Araújo Farias – TRT 16ª Região



Servidora Alice Maria Santa Meira – subdiretora TJMA

Jamil Gedeon

“Cenário da Justiça estadual é alentador”

O desembargador Jamil Gedeon completou em 18 de dezembro de 2010 um ano à frente da mesa diretora do TJMA. Analisando as estatísticas sobre o desempenho da instituição e de seus magistrados, ele disse estar otimista com os resultados alcançados.

TJR. Com um ano de gestão, o sr. tem conseguido realizar as ações que propôs?

JG: Começamos agora a colher os primeiros resultados. No primeiro momento, após definirmos a equipe de trabalho, procuramos conhecer melhor a estrutura e eleger prioridades. Feito isso, com base no planejamento estratégico aprovado em dezembro de 2009 pelo Plenário do Tribunal de Justiça, as nossas ações foram focadas em três perspectivas: gestão dos recursos, melhoria dos processos internos e melhoria da prestação jurisdicional. Na questão dos recursos, demos prioridade à melhoria da estrutura de trabalho, com a contratação de empresas para manutenção predial e entrega de móveis e equipamentos às comarcas; a segurança dos fóruns, com a contratação de postos de vigilância armada e aquisição de equipamentos de segurança eletrônica; e a contratação de 247 novos servidores, todos lotados no 1º Grau. Demos início a um plano de informática abrangente, que possibilitará mais segurança no

sistema, maior velocidade dos links para conexão de dados - cumprindo a Meta 9 do CNJ - e manutenções programadas e periódicas, em todas as unidades jurisdicionais do estado, para

“As nossas ações foram focadas em três perspectivas: gestão dos recursos, melhoria dos processos internos e melhoria da prestação jurisdicional”

atualização dos softwares, avaliação e conserto de máquinas. E mais: profissionalizamos a gestão da Diretoria de Informática, estabelecendo um percentual de técnicos do quadro efetivo, que devem ocupar os cargos co-

missionados. Também voltamos nossa atenção à gestão dos recursos humanos. Nesse sentido, promovemos um processo de capacitação dos servidores da Diretoria Judiciária, por meio de workshops. Ainda nos primeiros dias de gestão, promovemos a capacitação, em torno do “Manual de Boas Práticas”, de um representante de cada serventia judicial, que atuou como multiplicador do que aprendeu em sua unidade. Destacamos ainda a criação das gratificações de atividade judiciária e por produtividade, e o plano de gestão por competência. Na melhoria dos processos internos, vários atos foram baixados, conferindo poderes aos diretores para que a administração seja mais ágil e atenda as demandas internas em tempo hábil. Além disso, iniciamos todo um processo de redução de gastos, com destaque à adoção do *vale-card*, que



possibilitou expressiva redução do consumo de combustíveis. A redução de gastos é tão considerável que podemos afirmar que cumpriremos a Meta 6 do CNJ com folga.

Por fim, no quesito melhoria da prestação jurisdicional, os cursos de capacitação continuada de magistrados e a própria programação de capacitação dos servidores contribuíram como ferramentas importantes para alcançar a excelência desejada.

Praticamente já cumprimos, com bastante êxito, a Meta 5 fixada pelo CNJ. Essa meta estabeleceu a necessidade de criar fluxos de processos nas secretarias judiciais, o que por certo permitirá maior celeridade na prestação jurisdicional.

TJR. Dentre o que foi realizado, o que julga mais importante?

JG: Atentos ao que está previsto no planejamento estratégico, vamos priorizar três linhas de atuação: o capital humano; o capital tecnológico e a infraestrutura predial e de segurança. Considero que é de vital importância, para os servidores, as gratificações de atividade judiciária e produtividade, os planos de gestão por competências e capacitação; e para os magistrados, a capacitação continuada.

Quanto ao capital tecnológico, entendemos que os grupos gestores de tecnologia da informação criados são importantes, pois permitem que os programas a serem desenvolvidos ou aperfeiçoados obedeçam a critérios objetivos de prioridade. E que os programas

sejam mais adequados à demanda. Outros passos importantes foram a profissionalização da gestão da diretoria; as visitas às comarcas para levantamento detalhado do acervo e manutenção dos equipamentos; a instalação de antivírus e a aquisição de hardware ou contratação de serviços que permite o aumento do link.

“ Vamos priorizar três linhas de atuação: o capital humano; o capital tecnológico e a infraestrutura predial e de segurança ”

No tocante à infraestrutura, entendemos que o contrato firmado com várias empresas para manutenção predial por polos é imprescindível. Bem como a colocação dos postos de vigilância armada em todos os fóruns.

TJR. O que está por vir nos próximos meses?

JG: Iniciaremos a execução das intervenções estruturais urgentes, no que concerne à infraestrutura predial. Essa manutenção se dará de forma descentralizada, pois as empresas vencedoras terão as responsabilidades distribuídas por polos, em todo estado. Várias obras de construção de fóruns, como o de Caxias, terão início. Já começamos a entrega de computadores, digitalizadores de documentos, no-breaks, impressoras, aparelhos de ar-condicionado, cadei-

ras e mesas. Estamos concluindo a licitação para aquisição de câmeras de monitoramento dos fóruns e cercas elétricas.

Preparamos a “Cartilha do Fornecedor”, que orienta nossos atuais e potenciais prestadores de bens e serviços.

Como já dito, investimos na capacidade de conexão de dados nas comarcas, cumprindo a Meta 9 do CNJ, mas pretendemos até o fim da nossa gestão ter em todas as comarcas a mesma velocidade (2kbps). Pretendemos, ainda, melhorar a estrutura física da Diretoria de Informática, cercanda-a da segurança necessária para que não corramos o risco de perder dados em um eventual incidente; melhorar o Themis PG e SG; renovar o parque de equipamentos; e ter um quadro de servidores para atender as demandas das comarcas.

Por fim, pretendemos ver sancionados pelo Executivo todos os projetos de lei já aprovados pelo Legislativo, incluindo o que cria mais 41 cargos de analista judiciário, e apresentar propostas de reestruturação do quadro de servidores das varas e juizados e do próprio Tribunal.

TJR. Quais os principais obstáculos a serem enfrentados pela gestão?

JG: Historicamente, e até por falta de planejamento, as necessidades de bens duráveis e de consumo são constantes. Além de necessitarmos de uma ação planejada que supere esse problema da solução de continuidade, é imprescindível que a máquina administrativa tenha agilidade suficiente para atender às demandas. Acontece que, diante do tamanho da

demanda e pela falta de uma estrutura funcional mais bem desenhada, essa máquina se movimenta com dificuldade, o que resulta em falhas e atrasos na conclusão das licitações

mos fazer muito mais.

Entendo que o público interno, principalmente em face da importância dada ao planejamento, começa a perceber mudanças qualitativas. Contudo, penso que o público externo ainda não foi alcançado por tais ações, como desejamos.

Pesquisa recente mostra que a sociedade tem uma imagem não tão positiva do Poder Judiciário brasileiro. Porém, essa mesma pesquisa, aponta que o cidadão acredita em melhorias para um futuro próximo. É nessa perspectiva que

devemos apostar: possibilitar as melhores condições de trabalho aos magistrados e esses, de sua feita, têm de dar o melhor de si para atender às expectativas da população.

TJR. De que forma o planejamento estratégico está ajudando a administração do Judiciário?

JG: O que observamos, ao longo desses anos, é que todos os desembargadores que passaram pela presidência deram sua contribuição, melhorando a estrutura de trabalho nas comarcas. Uns fizeram mais, outros um pouco menos, mas todos se preocuparam com a situação delas. O que observamos, ainda, é que, a despeito da boa vontade demonstrada para alcançarmos o nosso desiderato, é que faltou planejamento e isso inviabilizou a existência hoje de uma estrutura compatível às nossas necessidades. A falta do planejamento não per-

mitiu a escolha objetiva de prioridades e a continuidade das ações, entre uma gestão e outra. Essa falta de continuidade fez com que os fóruns construídos e equipados não tivessem uma manutenção periódica, de sorte que a obra nova rapidamente se deteriorou, o que dificulta, até hoje, que avancemos somando. Ou seja, além de termos de construir novas unidades, as que existem, pela falta de manutenção, exigem intervenções de grande monta e, portanto, consomem parte considerável do orçamento. O mesmo se repete em relação aos móveis e equipamentos: como não houve planejamento, as comarcas acabam ficando desguarnecidas, quando o certo era ter um controle patrimonial completo, que possibilitasse compras programadas e antecipadas. Por essas falhas apontadas, e outras mais, é que o planejamento ganha relevo na forma de gerir. Para bem administrar é necessário dispor dos recursos financeiros, mas só este não representa a certeza de sucesso. É indispensável planejar as ações, dentro de uma estratégia pré-definida.

“ A falta do planejamento não permitiu a escolha objetiva de prioridades e a continuidade das ações, entre uma gestão e outra ”

e contratações. Afora isso, tínhamos muita concentração de atos na presidência do Tribunal, o que dificultava o foco em coisas, de fato, importantes. Para vencer essas dificuldades, começamos um trabalho de mudança de rotinas em todas as diretorias, visando torná-las mais objetivas, e deflagramos um processo de interação permanente entre todos os setores, para que haja resolução imediata das pendências internas. Para diminuir a desnecessária centralização decisória, foram editadas portarias delegando aos respectivos diretores os atos rotineiros afetos a cada área, deixando à presidência a decisão sobre os assuntos estratégicos.

TJR. Como o Sr. avalia a qualidade dos serviços prestados pela Justiça estadual hoje?

JG: Acho que, nesse curto período, avançamos, mas pode-

TJR. O que os últimos resultados estatísticos do Projeto “Justiça em Números” revelam sobre a Justiça maranhense?

JG: O quadro é a alentador. Os números demonstram que o nosso Tribunal, tanto na perspectiva das cortes de igual porte (médio), quanto no geral, está bem colocado. O TJMA ficou em primeiro lugar em produtividade, alcançando o percentual de 144% de julgamento no ano de 2009, ou seja, de cada 100 novos processos recebidos, os desembargadores julgaram estes e mais 44 existentes no acervo. Arrecadamos mais (116%) do que gastamos. Logo, nos pagamos. Isto é, entre custas e valores pagos às partes em face das condenações proferidas, nós somos superavitários, de sorte que isso comprova que a sociedade está tendo retorno com o Judiciário. É a melhor relação do país. Da nossa força de trabalho, 90% está lotada, nos setores que desenvolvem a prestação jurisdicional, ati-



vidade fim. O número de servidores lotados nos gabinetes dos desembargadores (11) respeita a média nacional, de igual valor. Com relação ao 1º Grau, o número médio de servidores lotados nas varas/juizados, entre os tribunais de médio porte, é a segunda melhor infraestrutura: média de 11 servidores. Temos a 3ª menor relação entre orçamento e gasto com pessoal, de forma que há sobras consideráveis para bancar o custeio, imprescindível para melhorias na prestação jurisdicional. Gastamos somente 80% do orçamento com pessoal, enquanto a média nacional é de 89,3%. Detemos a 3ª posição nacional de menor custo da Justiça por habitante. Cada cidadão maranhense paga somente R\$68,00 para manter o Poder Judiciário estadual, enquanto que a média nacional é de R\$111,00.

Temos a menor taxa de congestionamento do país, em relação ao 2º Grau. Enquanto a média nacional é de 50,5%, a nossa é de 13,4%. Com relação ao 1º Grau, também, é menor que a média nacional. Enquanto no Maranhão a taxa de congestionamento no 1º Grau é de 57%, a média nacional é de 62%, o que nos coloca em 4º lugar entre os tribunais de médio porte. Da mesma forma, em relação à fase de execução das decisões, o 1º Grau tem uma taxa de congestionamento bem abaixo da média nacional: 72% contra 90%, respectivamente. Isso nos coloca em 4º lugar em termos nacionais. Precisamos, contudo, melhorar a nossa produtividade no 1º Grau, pois estamos conseguindo dar conta somente de 82% dos novos casos apresentados, enquanto

a média nacional é de 100%. Porém, como o percentual a alcançar é pequeno (12%), cremos que, muito em breve, a magistratura alcançará os mesmos percentuais. Com o afinco demonstrado pelos juizes, ao longo dos anos e com a continuidade de uma gestão planejada, por certo conseguiremos superar as dificuldades estruturais, possibilitando uma melhora na produtividade dos juizes.

“ O quadro é a alentador. Os números demonstram que o nosso Tribunal, tanto na perspectiva das cortes de igual porte (médio), quanto no geral, está bem colocado ”

TJR. O que o Judiciário arrecada atualmente é o bastante para realizar os projetos necessários?

JG: Os resultados divulgados pelas estatísticas do programa “Justiça em Números”, referente aos dados de 2009, demonstram que o Poder Judiciário arrecada mais do que gasta. À primeira vista, poderíamos concluir que não teríamos problemas orçamentários. Contudo a verdade é outra. Apesar de arrecadarmos mais do que gastamos, temos uma demanda estrutural, ainda, considerável, motivo pelo qual se, de fato, tirarmos do papel todos os projetos idealizados, não teremos dinheiro suficiente.

Fim da vitaliciedade, ameaça à democracia

Não há democracia sem a existência de um Judiciário sólido e independente. Tal afirmativa nos leva a refletir sobre o risco que a sociedade brasileira corre, caso seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional 89/03, em trâmite no Congresso Nacional.

A PEC, de autoria da senadora Ideli Salvatii (PT), já aprovada no Senado Federal, prevê o fim da vitaliciedade, garantia constitucional da magistratura que, a lado da irredutibilidade de vencimentos e da inamovibilidade, é indispensável à prestação jurisdicional.

O que está em risco não é o interesse puro e simples da magistratura, mas sim, a manutenção do Estado Democrático de Direito de uma nação livre e soberana.

A história já nos deu provas de que o primeiro passo para fragilizar a democracia ocorre no momento em que tentam fragilizar as garantias que asseguram a independência do Judiciário, daí a cautela que a análise da PEC 89/03 requer.

Temos como exemplo o recente caso do juiz boliviano que pediu asilo ao Brasil em razão da perseguição política que vem sofrendo por não ter tomado a decisão que o governo do seu país queria. Por acaso veremos correr o risco de, futuramente, fato semelhante venha a ocorrer no Brasil, com magistra-

dos tendo que se esconder por decisões que contrariem governantes?

É claro que este não é o desejo da sociedade, mas é o risco que a democracia brasileira vai correr se a PEC 89/03 for aprovado nas duas Casas Legislativas.

A Constituição Federal, em seu art. 2º, estabeleceu como um dos pilares da democracia brasileira, a efetiva separação e independência dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). À magistratura coube consolidar-se sobre prerrogativas, que nada mais são do que garantias conferidas ao magistrado para julgar com total imparcialidade. São elas: vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.

A vitaliciedade, especificamente, garante ao magistrado, após exercício profissional de dois anos, a não perda do cargo, exceto por sentença judicial transitada em julgado. A especificidade dessa garantia é tornar o magistrado imune às pressões externas ou internas. Em outras palavras: a prerrogativa da vitaliciedade garante que o magistrado não esteja sujeito às penalidades decorrentes de qualquer tentativa de interferência em sua atividade judicante. O juiz ou o desembargador é livre para decidir sempre conforme a Lei, a Constituição e as Normas Internacionais de Di-

reitos Humanos. Nenhum magistrado está à mercê de interesses outros.

Convém ressaltar que a vitaliciedade não é regalia do magistrado, é garantia do cidadão, atrelada aos direitos fundamentais, princípios basilares contidos na Carta Constitucional brasileira (art. 5º, XXXV, XXXVII, LV e §2º. da CF).

É preciso esclarecer que vitaliciedade não é sinônimo de impunidade. Pelas regras atuais, embora o magistrado não possa ser demitido administrativamente, poderá perder o cargo por meio de decisão judicial.

Portanto, vitaliciedade não é privilégio ou regalia, mas garantia para que o magistrado possa julgar com independência e livre de pressões ou punições caso sua decisão contrarie interesses.

Não tenho dúvidas que com os devidos esclarecimentos, a magistratura e a sociedade brasileira hão de unir contra o entendimento equivocado do Senado. Caberá às entidades de classe levar esta luta até às últimas conseqüências, inclusive questionando a PEC junto ao Supremo Tribunal Federal por entendermos que a sua aprovação afronta cláusula pétrea consagrada na nossa Constituição Federal.

Gervásio Protásio dos Santos Junior
Juiz de Direito

Prioridade para a Justiça de primeiro grau

Novas comarcas, varas e juizados criados pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), através de leis complementares, foram instalados neste 2º semestre de 2010. A melhoria do serviço jurisdicional de 1º grau foi um dos compromissos assumidos pelo desembargador-presidente Jamil Gedeon ao tomar posse, em dezembro de 2009.

OBRAS - o cronograma de entrega de obras deste ano começou em agosto e foi encerrado em dezembro, com as inaugurações e instalações de varas, juizados e fóruns:

PINHEIRO (27/08) - conta agora com um Juizado Especial Cível e Criminal, onde são julga-



RAPOSA (08/10) - ganhou novo fórum. O prédio, com 374 m², preparado para atender a demanda judicial local, de aproximadamente 1.800 processos.

O novo fórum possui 13 dependências: salas de conciliação, audiência, gabinete do juiz e assessoria, oficiais de justiça, secretaria judicial, arquivo, protocolo, depósito, Centro de Processamento de Dados (CPD), OAB

e Ministério Público. Tem rampas, sanitário e estacionamento para deficientes físicos.

JUIZADO DA COHAB (16/11) - recebeu reforma total de suas dependências. O juizado funciona há 30 anos, mas havia 13 não recebia melhorias.

Com 186 m² de área, agora possui estrutura adequada para atender a demanda judicial de 5 mil processos.



das causas com valor de até 40 salários mínimos e crimes de menor potencial ofensivo. A comarca acumulava 15 mil processos cíveis e criminais nas duas varas. Destes, 7 mil foram transferidos ao Juizado.





SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (18/11) - a comarca recebeu as novas instalações do Juizado Especial Cível e Criminal, que passou a funcionar em prédio próprio, com 189 m², ao lado do Fórum.

A unidade passa a ter oito novas dependências, como duas salas de audiências, reclamação, conciliação, recepção, secretaria, assessoria e gabinete do juiz.

Em 15 de dezembro, foi instalada a 3ª Vara no Fórum de Ribamar, criada em 2005 pela LC nº. 87.



OLINDA NOVA (19/11) - instalada. A comarca foi desmembrada de Matinha, passando a contar com um juiz de direito

para solucionar os conflitos locais.

O Fórum encontra-se instalado num prédio novo com 2.500 m² de área, considerado um dos melhores da Região da Baixada. Conta com a sala do júri, estacionamento, salas

para juiz, assessores, oficiais de Justiça, FERJ, OAB, e Ministério Público e uma residência para juiz, anexa.

CODÓ (22/11)

- instalação do Juizado Especial Cível e Criminal, que deve julgar, de início, 1.892 processos oriundos das 3 varas existentes.

As dependências do Fórum local, inaugurado em 2003, também receberam melhorias como a revisão das esquadrias, luminárias, instalações elétricas e de telefonia e pintura geral, externa e interna. O Salão do Júri foi dotado de mais assentos para abrigar o público.

CAROLINA E ESTREITO (26/11)

- parte dos custos dos dois novos fóruns foi bancada pelo Consórcio Estreito de Energia, empreendimento responsável pela implantação, construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito.

O TJ arcou com os projetos arquitetônico e complementar e com as redes lógica e de telefonia, móveis e equipamentos. A parceria TJMA-CESTE foi firmada pelo presidente Jamil Gedeon em 21 de janeiro deste ano.





PEDREIRAS (03/12) - o novo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca já começa a funcionar com cerca de 7.000 processos, oriundos das três varas existentes na comarca de entrância intermediária.

É o 31º juizado autônomo do Maranhão e 14º do interior do estado. A instalação foi autorizada pelo Pleno do TJ em agosto de 2010, objetivando desafogar o volume de trabalho nas três varas que, juntas, registravam cerca de 12.500 processos em tramitação.

MARACAÇUMÉ (10/12) - A comarca adquiriu sede própria após 9 anos. O novo fórum tem 408,82m²



de área construída em um terreno de 2.735,14m²; salão do júri com 331,52m² e residência para juiz, com 108,54 m².

Dentre outras dependências possui secretaria judicial, atendimento, audiências, contadoria e distribuição, testemunhas de defesa e de acusação e réus, protocolo, almoxarifado, Centro de Processamento de Dados, OAB, Ministério Público, oficiais de Justiça, arquivo, depósito, copa e estacionamento.

MORROS (16/12) - foi ins-

talada após cinco anos de sua criação. O fórum provisório, em dois pavimentos, fica próximo ao terreno onde o TJ irá construir a sede própria, com 3.000m, doado pelo município.

Dentre outras dependên-



cias possui gabinete para juiz, secretaria judicial, balcão de atendimento, audiências, oficiais de Justiça, copa e estacionamento próprio.

Na instalação, foi anunciada a licitação para construção do fórum novo em 2011.

Em licitação

- Buriticupu
- Carutapera
- Colinas
- Matões
- Mirador
- Morros
- Rosário
- Santa Helena
- Santa Inês
- Timon

Em construção

- Alto Parnaíba
- Caxias
- João Lisboa
- Loreto
- Mirinzal
- São Mateus
- Anexo São Luís - 2ª etapa

Em reforma

- Amarante
- Anexo Assembléia Legislativa
- Bom Jardim
- Coroatá
- Montes Altos
- 6º Juizado Cível de São Luís

O Poder Judiciário na pauta da Imprensa

Pela primeira vez na Justiça estadual, desembargadores se reuniram com cerca de 70 profissionais de jornal, TV, rádio e internet para discutir sobre a cobertura da Imprensa às atividades do Judiciário.

A iniciativa cumpriu uma ação do planejamento estratégico do TJMA, a cargo da Assessoria de Comunicação da Presidência, e foi aberta aos jornalistas que atuam nos veículos de comunicação da capital.

Em dois dias de empolgante discussão, conceitos foram esclarecidos, situações foram expostas e questionamentos pertinentes foram lançados aos palestrantes.

A fala primeira do diretor da Escola Superior da Magistratura, Lourival Serejo, um dos premiados da campanha nacional pela simplificação da linguagem jurídica, deu o tom dos debates: “Judiciário e imprensa trabalham juntos para servir o cidadão em sua necessidade de justiça e de informação”, disse, na abertura do evento.

Essa necessidade é mais premente em estados como o Maranhão. A pedido do CNJ, o Ipea, cruzou dados do relatório Justiça em Números 2009 e indicadores socioeconômicos e revelou que 53,54% da demanda judicial pode ser explicada pelos níveis de educação e social dos que recorrem ao Judiciário.

O Maranhão se situa entre os estados com os piores indicadores: 5,33 anos de estudo (en-



sino fundamental incompleto) e com 59,18% das pessoas na linha da pobreza. Muitas pessoas não procuram a Justiça por desconhecimento, conclui o estudo.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon valorizou a parceria com os profissionais, dizendo que “a Imprensa é a grande aliada da Justiça na intermediação da comunicação com a sociedade”.

Gedeon falou da necessidade de preparo do jornalista para a cobertura das decisões da Justiça, a fim de que possam traduzir ao cidadão o teor das decisões, de forma correta, em linguagem simples, clara e direta - como manda o bom jornalismo -, mas sem deixar margem para equívocos que ponham em cheque a legitimidade e a credibilidade do Judiciário, elementos fundamentais para a segurança jurídica das relações sociais e manutenção da ordem e do Estado Democrático de Direito.

TERMINOLOGIA - Convidada especial, a jornalista e bacharel em Direito paranaense Ana Zimmermam, autora do livro “Direito Direito nos Jornais”, ministrou o tema “Terminologia forense e a cobertura do Judiciário” por meio de explanação e de um mosaico com situações reais veiculada na grande mídia.

Reforçou que o profissional deve buscar o esclarecimento dos termos e expressões jurídicas a fim de compreender o fato e repassar a informação ao cidadão em linguagem simples e clara.

Comunicadores foram exortados a noticiar com precisão os acontecimentos que tenham conotação jurídica, possibilitando a compreensão e avaliação corretas, tanto por parte de quem tem formação jurídica como pelos leigos. “Isso evita que as pessoas sejam erroneamente informadas e formem sua convicção com base numa

informação equivocada ou imprecisa”, alertou a jornalista.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA - O desembargador Cleones Cunha⁽¹⁾ expôs sobre o funcionamento e estrutura do Judiciário maranhense durante a palestra “A Organização Judiciária do Maranhão”, explicando o papel dos órgãos da Justiça Estadual, a atuação dos desembargadores no Pleno e câmaras isoladas e reunidas e as unidades judiciárias vinculadas ao Tribunal.

A exposição estimulou uma série de questionamentos por parte dos jornalistas, interessados em conhecer melhor como funcionam as diversas instâncias da Justiça e a dinâmica dos processos levados aos juízes e desembargadores.

são em tempo razoável - o chamado “processo útil”. Este vem a ser um dos maiores desafios da Justiça em todo o país.

Questionado sobre o direito e a liberdade de imprensa, Velten defendeu que a imprensa é livre e só pode ser controlada pela própria imprensa. “Discutir hoje o controle dos órgãos de imprensa é voltar ao passado”, avaliou. “Só a imprensa tem a missão de dar vistas à nação sobre o que acontece. Não há Poder Judiciário capaz de aprofundar a democracia, se não for de mãos dadas com a imprensa”, disse.

A leitura atenta do texto do voto do ministro Marco Aurélio no STF que declarou a Lei de Imprensa incompatível com o ordenamento jurídico brasilei-

publicidade; crimes de injúria, calúnia, difamação e divulgação de segredo, que motivaram intenso debate entre o participante e o expositor.

Sobrinho descreveu a evolução do conceito de Direito, a partir de importantes autores e estudiosos do tema, concluindo que a sociedade vive uma época em que é preciso respeitar “o direito do outro” e que isso é válido também para quem exerce a tarefa de informar. “Vale mais a divulgação da verdade do que qualquer outro interesse”, frisou.

“Tudo o que se relaciona com os direitos e responsabilidades de um indivíduo tem alguma repercussão na ordem jurídica e, portanto, nos direitos de outras pessoas. Por isso o cuidado com a informação verdadeira”, arrematou o palestrante.

O magistrado esclareceu pontos importantes sobre o compromisso do profissional de comunicação com a verdade. “A expressão da verdade é o que se discute no direito brasileiro. Se a informação não for verdadeira, deixa de ser um direito respeitado”, enfatizou.

“Com base na avaliação positiva colhida nos questionários aplicados ao final do seminário, a iniciativa foi bem recebida e passou a ser um projeto anual da ASSCOM”, informou a jornalista Helena Barbosa, chefe da assessoria de comunicação do TJMA, acrescentando que “O seminário ajudou a aproximar os magistrados da imprensa”.



PROCESSO ÚTIL - Numa explanação esclarecedora, o desembargador Velten Pereira⁽²⁾, descreveu os caminhos do processo, mostrando as etapas que os autos percorrem a partir do momento em que é dada entrada à ação judicial até o seu julgamento final. O magistrado destacou que o cidadão moderno exige, não apenas a solução correta do conflito, mas a deci-

ro, foi recomendada pelo magistrado como essencial a todo jornalista ou comunicador.

A VERDADE - Com base na Constituição, o desembargador Fróz Sobrinho⁽³⁾ abordou o tema “Noções de Direito”. Esclareceu questões aplicadas à prática jornalística: a problemática percebida entre a liberdade de imprensa e a inviolabilidade da vida pública; o segredo de justiça e a

20 anos do Código do Consumidor

Imagine ter entrado numa loja para fazer compras. Depois de escolher e decidir o que levar e planejar a forma de pagamento, descobrir que não possui crédito porque está com o “nome sujo”.

Aconteceu com o funcionário público Cecílio Ribeiro, 53 anos, portador de doença cardíaca crônica. Constrangido, procurou saber a origem da dívida. Descobriu tratar-se de pendências em empréstimos bancários que não fizera. Indignado, entrou na Justiça com uma ação de indenização por danos morais.

De acordo com decisão da 4ª Câmara Cível do TJMA, o funcionário obteve o direito à indenização por ter seu nome incluído indevidamente nos cadastros do SPC e Serasa como

mau pagador, por empréstimos que não fez. As empresas recorreram. Ribeiro aguardando o desfecho da ação. “Quando algo assim acontece com você não se pode simplesmente deixar de lado, o consumidor precisa reclamar seus direitos”, diz ele.

CDC - O pensamento de Ribeiro vai ao encontro da pesquisa realizada pelo instituto DataSenado, que revelou que o consumidor brasileiro está mais consciente de seus direitos e reconhece avanços obtidos com o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que, em 11 de setembro deste ano, 20 anos.

De acordo com a pesquisa, o CDC é visto pela população como um instrumento eficaz na resolução dos proble-

mas de quem vai às compras ou contrata serviços: 84% dos entrevistados já ouviram falar do Código e 90% das pessoas acham que vale a pena reivindicar seus direitos no caso de problemas com mercadorias e serviços.

O desembargador Stélio Muniz⁽¹⁾, presidente da 3ª Câmara Cível do TJMA considera a lei um poderoso instrumento nas mãos do cidadão. “O consumidor vivia numa situação de desigualdade com o fornecedor de produto ou serviço. Eu não imagino mais o brasileiro vivendo sem esse auxílio para defesa de seus direitos”, enfatiza.

Antes da lei, não existia nenhum dispositivo legal que protegesse as pessoas que comprassem um produto ou contratassem qualquer servi-

ço. Qualquer reclamação fica-va por isso mesmo.

De acordo com relatório da Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais da Corregedoria, de janeiro a agosto deste ano já somam 4.300 ações em andamento, com audiências previstas até fevereiro de 2011. O 10º Juizado do Consumidor apresenta o maior número de ações entre os treze existentes na capital.

Para o desembargador Paulo Velten, presidente da 4ª Câmara Cívica trabalho realizado por órgãos do Poder Judiciário e da administração pública que asseguram a tutela dos direitos previstos pelo código, contribui para que a população obtenha mais confiança.

“Mediante uma estrutura já preparada para a solução dos conflitos de interesse nas relações de consumo e mais a criação de uma lei protetiva, a população passou a acreditar na eficiência da lei e na garantia de sua aplicabilidade”, ressalta.

O magistrado relembra que o código foi extremamente debatido e divulgado com a sociedade. “O sujeito consumidor passou a se interessar por conhecer esses direitos que ele passou a ter na relação de consumo e a reivindicar por isso”, diz.

Uma das maio-



res demandas do TJ, na área de obrigações, envolve questões relacionadas ao Direito do Consumidor, certamente o maior número de acervos de processos que tramitam na Justiça comum estadual. O Tribunal tem procurado aplicar o CDC prestigiando a boa-fé e a rigidez das relações entre consumidores e fornecedores de produtos e serviços.

Para a desembargadora Nelma Sarney⁽²⁾, presidente da 2ª Câmara Cível do TJMA, o código deve ser o livro de cabeceira do magistrado, ao se deparar com litígios envolvendo relação de consumo e ações coletivas.

A magistrada considera a norma um marco na área de proteção ao consumidor e modelo para outros países, mas falta mais divulgação ao público-alvo. “Mas o primeiro passo já foi dado para sua maior efetividade: a promul-



gação da Lei (Nº12.291/2010), que obrigou a manutenção de um exemplar do Código acessível aos consumidores nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços”, assevera.

Em São Luís, capital, estão à disposição do consumidor treze Juizados Especiais Cíveis e de Relação de Consumo, além da Defensoria Pública do Consumidor, uma Promotoria de Justiça especializada e o Procon.

MANUAL - Conforme manual do Ministério da Justiça, para fazer valer os seus direitos, não precisa contratar um advogado. O atendimento no Procon é gratuito, e não é necessária a presença do reclamante com advogado. A ação na Justiça pode ser individual ou em grupo, se várias pessoas sofrerem um mesmo tipo de dano. Se o dano for individual, o consumidor, se for carente, deverá procurar a assistência judiciária gratuita, ou contratar advogado de sua confiança.

Se o dano for coletivo, os órgãos de proteção ao consumidor, o Ministério Público e as associações poderão, em nome próprio, ajuizar em defesa dos consumidores lesados.





Novas perspectivas para o sistema prisional do Maranhão

“Achava difícil trabalhar para ganhar dinheiro. Hoje tenho outra visão e pretendo terminar meus estudos, fazer concurso público e concluir uma faculdade”. Márcio Ferreira Silva⁽¹⁾, 33 anos, um dos beneficiados do Programa Começar de Novo no Maranhão, externa, animado, o seu pensamento sobre os benefícios do trabalho de ressocialização de apenados realizado pelo Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, implantado pelo Tribunal de Justiça em janeiro deste ano.

Márcio é natural de Im-

peratriz e faz parte das estatísticas positivas já alcançadas pelo Grupo que, sob a coordenação do desembargador Froz Sobrinho, e auxílio de outros magistrados, funciona conforme Resolução 96/09 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele entrou no mundo do crime ainda adolescente e foi preso três vezes, passando cerca de 12 anos na cadeia entre saídas e retornos. Com a chance de estudar e trabalhar pretende dar um novo rumo a sua vida.

Uma das mudanças foi a volta à escola, que abandonou ainda no ensino fundamental. A oportunidade de aprendiza-

do obtida por meio da inclusão dentre os beneficiários do trabalho da Coordenadoria Especial de Assistência aos Encarcerados também é comemorada com o orgulho de quem há quase um ano passou a ter experiência de trabalho, da área de serviços gerais ao setor administrativo.

A oportunidade surgiu em 2009 quando ele estava no regime semiaberto em Pedrinhas e soube que o TJ estava selecionando detentos para atividades de ressocialização, candidatando-se a uma das vagas, pois já trabalhava na penitenciária de Pedrinhas como serviços gerais, por meio de um projeto social

da Secretaria de Segurança Pública. “Quem vai pintar o quadro que a sociedade tem de cada um de nós, somos nós mesmos”, diz, animado com a perspectiva de retorno ao convívio social.

Mutirão carcerário - A atuação do Grupo de Monitoramento tem quatro principais vertentes. A primeira foi o mutirão carcerário, que colocou em dia 4.848 processos, dos quais 25% resultaram na concessão de benefício ou liberdade.

“Isso significa que um quarto de presos do Maranhão estava sem defesa e continuaria encarcerado se não tivesse recebido a assistência necessária.” Esse foi um grande avanço na atividade fim do Judiciário, referente às questões processuais, mas também na área de política pública, quando foram verificadas as necessidades da estrutura do sistema prisional e as medidas para a ressocialização dos presos”, ressalta Froz Sobrinho.

Virtualização e assistência jurídica- A virtualização processual é a segunda vertente, sob a responsabilidade do juiz auxiliar Douglas Martins, que junto com sua equipe já virtualizou quase dois mil processos da Vara de Execução Criminal (VEC) de São Luís que cuida dos regimes fechados e semiabertos, incluindo os municípios de Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar.

Ele cita, como uma das principais vantagens desse processo, a celeridade no andamento dos processos e economia de tempo e custo, a partir do momento em que o advogado peticiona de forma virtual e o juiz também decide virtualmente. A preservação do meio ambiente, com a eliminação do

uso de papel, é outra vantagem apontada.

Além da grande São Luís, o treinamento e a instalação do sistema já estão acontecendo em Itapecuru, São Mateus, Bacabal, Codó, Presidente Dutra e Pedreiras. Santa Rita, Anajatuba, Vitória, Arari, Santa Inês e Caxias são outras comarcas atendidas. Para garantir a continuidade dessas modificações o TJ está investindo na compra de equipamentos de scanner para digitalização dos processos.



O trabalho do Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV), vinculado à Corregedoria Geral da Justiça, que presta assistência jurídica aos presos e egressos, representa mais uma das áreas de atuação importante.

Começar de Novo - O Programa “Começar de Novo” é a quarta etapa desse trabalho, com a ressocialização dos detentos, considerada um dos maiores desafios. Já foi implantado São Luís, Timon e Imperatriz, com o oferecimento de mais de 355 vagas de trabalho

nas áreas de construção civil e serviços gerais.

Os atendimentos do programa envolvem cadastramento de apenados, atendimento às famílias dos beneficiários, viabilização de documentação, parcerias com empresas e instituições⁽²⁾, audiências na penitenciária de Pedrinhas e no Centro de Ressocialização - CRISMA, além de outras demandas postas no cotidiano de atendimento dos profissionais de Serviço Social e Psicologia, como enca-

minhamentos e mediações para internação de dependentes químicos e demais orientações.

A ressocialização é uma medida amparada no Direito brasileiro que não permite maus-tratos, prisão perpétua, trabalhos forçados e pena de morte. Pela lei de execução penal o preso deve cumprir a sua sentença, mas voltar ao convívio social, o que pode ser viabilizado pela inserção no mercado de trabalho.

Com esse propósito, o Judiciário maranhense é o pri-

meiro do Brasil a lançar o sistema de cadastro eletrônico do Programa Começar de Novo na internet, onde é feito o registro dos beneficiários em cada Estado. Dados estatísticos sobre os detentos do Maranhão, como o total de presos provisórios que aguardam a sentença, estarão disponíveis à sociedade.

Parcerias - O chamamento dos parceiros de outras instituições na reinserção dos presos forma a rede social que, mesmo com os empecilhos vem alcançando bons resultados. Nessa rede estão as secretarias estaduais de Direitos Humanos e Cidadania, Segurança Pública, Administração e Saúde e Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social, entre outras. A celebração de termos de parcerias inclui ainda, Sebrae, Senac, Sesi/Senai, TRT, TRE e faculdades Santa Teresinha (Imperatriz) e São José (Timon).

Para a secretária adjunta da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Cidadania, Luíza

de Fátima Oliveira, esse monitoramento intersetorial do sistema carcerário é imprescindível, por possibilitar objetividade na garantia dos direitos dos encarcerados, que têm obrigações, mas também direitos. “O Sistema Prisional do Brasil possui falhas e é importante o empenho de todos para sua reconstrução”, enfatiza.

No setor privado, são parceiros do programa: Sinduscon, Viluma Engenharia, Dimensão Engenharia, LN Construções, Nojasa Transporte e Logística e Estrutural Forros e Divisórias (foto).

Desafios - A Lei Estadual Nº 9116/10 que prevê a contratação de até 5% ex-detentos no quadro das empresas é outra forma de garantir esse acesso ao emprego. As dificuldades encontradas na inserção do preso no mercado de trabalho, segundo o desembargador Froz esclarece, não é falta de vagas, mas a falta de documentação, embora já se tenha alcançado um

número expressivo de emissão de documentos. Outra carência é a qualificação da mão de obra, incluindo o acesso à educação, saúde e a capacitação profissional. A infraestrutura deficiente do sistema prisional também é apontada como um dos gargalos na efetivação das melhorias, um problema enfrentado em todo o Brasil.

A execução das atividades do Grupo de Monitoramento conta com uma equipe interdisciplinar com profissionais das áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social e outras que são responsáveis por colocar em prática as ações das coordenações do Começar de Novo, Apoio ao Sistema Prisional, Projetos, Mutirão Carcerário e Apoio ao Monitoramento e Assessoria. São realizados atendimentos psicossociais, cadastros, encaminhamento para emissão de documentos e inserção no mercado de trabalho.

NÚMEROS DO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO

1. PARTICIPANTES BENEFICIÁRIOS - 947
2. ATENDIMENTOS REALIZADOS (PSICOSSOCIAL) - 421 PESSOAS
3. ENCAMINHAMENTOS AO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - 421 FAMÍLIAS
4. ATENDIMENTOS PELO PROGRAMA “VIVA CIDADÃO” - 389 PESSOAS
5. ENCAMINHAMENTOS AO INSS - 421 FICHAS
6. SOLICITAÇÕES PARA CERTIDÃO DE NASCIMENTO - 662
7. SOLICITAÇÕES AO TRE - 69
8. INSERÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO - 65*
9. PESSOAS TRABALHANDO - 44
10. VAGAS A SEREM PREENCHIDAS - 130**
11. PARCEIROS PRIVADOS - 6***
12. MÉDIA DE ATENDIMENTO POR MÊS: 68 ATENDIMENTOS****
13. CENSO CARCERÁRIO - MAIS DE 700 FICHAS CADASTRADAS

Fonte: Coordenação do Programa Começar de Novo - setembro/2010).

A força motriz da estratégia

Para saber aonde chegar, deve-se saber onde se encontra, entender o atual contexto. É necessário identificar quais são as fraquezas que servem como obstáculos ou as forças que contribuirão para o alcance do objetivo almejado. É necessária a busca do autoconhecimento. Em uma organização não é diferente, a compreensão e imbricação desses fatores é imprescindível para obtenção do êxito institucional. É preciso planejar!

Palavra até pouco tempo desconhecida nos corredores da administração pública, o planejamento tem demonstrado que a racionalização das atividades permite a organização do fluxo de trabalho, canaliza recursos para as prioridades e possibilita a visão e o controle amplos no desenvolvimento das ações.

Implantado no Poder Judiciário do Maranhão no início de 2010, o planejamento estratégico já apresenta resultados positivos. O principal avanço observado é a mudança da cultura organizacional. Procedimentos antes dispensados, hoje são fatores decisivos para a tomada de decisões, a exemplo da participação de servidores na construção de soluções práticas para o dia a dia.

Costumeiramente, a administração pública em geral padece da falta de continuidade das ações ao longo das gestões, fato que causa desperdício de projetos, idéias e recursos. Com o planejamento estratégico, aprovado em sessão plenária pelos desembargadores do TJMA, o Poder Ju-

dicário do Maranhão assumiu o compromisso de manter a atual linha de trabalho até o ano de 2014 e reavaliá-lo para possíveis adaptações.

Responsável pelo acompanhamento do plano, o Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) do TJMA, coordenado pela juíza Sônia Amaral, busca priorizar ações estruturais que darão melhores condições de trabalho aos servidores e permitirão a plena realização das atividades desenvolvidas pelas unidades judiciais e administrativas. Já é possível verificar avanços em áreas como a tecnologia da informação, gestão de pessoal e fluxo dos processos de trabalho.

Com a execução do planejamento estratégico, o Poder Judiciário do Maranhão está construindo condições para o prosseguimento das suas atividades e resgatando sua credibilidade junto à sociedade. Assim, o Judiciário maranhense

está escrevendo mais uma página importante de seus quase dois séculos e está implantando um modelo de prestação da justiça moderno e célere, que atenderá aos anseios da população.

O planejamento se espraia nas diversas áreas de atuação da administração do TJMA, com diferentes objetivos e metas a cumprir.



Reuniões Periódicas avaliam as ações executadas

AÇÕES CUMPRIDAS

DIRETORIA GERAL

- instituição do fluxos de trabalho referentes a diárias e capacitação
- elaboração da proposta de reformulação da estrutura organizacional do TJMA
- padronização dos modelos de editais e contratos de licitação
- promoção de encontros regionais entre órgãos do Judiciário
- realização do I Seminário de Qualidade de Vida no Trabalho
 - parceria com TRF 1ª Região
- promoção do treinamento do sistema Digidoc



ESCOLA DA MAGISTRATURA

- realização de palestras
- ampliação de vagas nos cursos para magistrados
- priorização de inscrição nos cursos de magistrados que atuam na área específica
- aquisição de equipamentos para melhoria da infraestrutura educacional
- co-realização do III Congresso de Direito Constitucional
- realização do I Concurso de Monografias Cândido Mendes
- realização de cursos para servidores
- implantação do Projeto Sexta Filosófica
- continuidade ao projeto ES-MAM Cultural

AUDITORIA

- capacitação e estruturação do

- quadro de pessoal do setor
- realização de auditoria na Diretoria Administrativa
- implantação do Plano de Ação da Auditoria
- acompanhamento dos processos licitatórios das unidades gestoras do planejamento



CORREGEDORIA GERAL

- desencadeou ações para eliminação do sub-registro civil no estado
- acompanhamento permanente das atividades das serventias extrajudiciais
- criação de postos de atendimento nas maternidades para expedição da certidão de nascimento
- implantação do sistema Regesta nas serventias extrajudiciais para controle da expedição de certidões
- levantamento da estrutura física dos juizados especiais
- participação no projeto Ação Global da Rede Globo
- criação de postos de registro no interior
- realização de correções em diversas comarcas do interior

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

- redução dos custos com aquisição de combustível
- aquisição de materiais permanentes para novas unidades judiciais

- aquisição de mobiliário para setor médico-odontológico
- modernização dos elevadores do prédio sede do Poder



Judiciário

- regulamentação de passagens



e diárias para servidores

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

- Boletim eletrônico semanal para o público interno
- Auditoria de Comunicação
- inserção do TJMA na rede social twitter
- informativo eletrônico diário em mala-direta para o público externo
- campanha publicitária do planejamento estratégico;
- Criação do Comitê do Portal para gerenciamento do conteúdo do site
- Seminário de Direito para 70 profissionais da Imprensa

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- elaboração do Plano estratégico de tecnologia da informação

- implantação do Comunicador instantâneo Spark
- atualização dos sistemas Themis PG e Themis SG
- desenvolvimento do sistema



Digidoc

- disponibilização de certificado digital
- projeto “Comarca on line” realiza inventário e dá suporte às comarcas
- sistema Jurisconsult, de consulta à estatística processual de comarcas
- implantação de antivírus corporativo
- constituição do grupo gestor de informática do 1º grau
- implantação do sistema de malote digital para controle de cartas precatórias
- implantação da nova versão do



sistema Siaferj

- elaboração do plano de capacitação dos servidores de tecnologia

DIRETORIA DE ENGENHARIA

- Levantamento das condições físicas das estruturas dos imóveis do PJ em 63 comarcas;
- Reformas e adaptações nas

unidades prediais da comarca de São Luís: Vice-Presidência, Câmaras Cíveis e Criminais, Gabinete de Juizes Auxiliares, Telejudiciário, Assessoria Jurídica, gabinetes dos Des. Benedito Belo, José Bernardo e José Luis; Esmam; Ouvidoria; Casa da Justiça, Núcleo de Apoio ao Encarcerado; Salão Nobre e jardins do TJ 4º Juizado Cível e do Consumo

- Reformas e adaptações nas comarcas de Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, Tutóia, Magalhães de Almeida, Bacabal, Codó, Sucupira do Norte, Buriti Bravo, Brejo e outros. (pág. 15)

DIRETORIA DO FERJ

- regulamentação dos benefícios de justiça gratuita nas esferas judicial e extrajudicial
- implantação da cobrança sobre reconhecimento de firma de veículos nas serventias extrajudiciais



- implementação da fiscalização de venda de selos referentes a atos notariais, registrares e de distribuição extrajudiciais

DIRETORIA DE FINANÇAS

- investimento em capacitação para servidores e magistrados
- detalhamento dos gastos de cada unidade com energia elétrica, telefone, e água
- atualização do Portal da Transparência

- alinhamento do Plano Plurianual ao Planejamento Estratégico
- execução do projeto “Orçamento Participativo”
- implantação do novo sistema de folha de pagamento

DIRETORIA JUDICIÁRIA

- ações de modernização dos fluxos de trabalho das secretarias e gabinetes
- esforço para cumprimento da Meta 2, com mais de 90% dos processos julgados
- lotação dos oficiais de justiça do 2º grau
- divulgação mensal da produção dos desembargadores, conforme a Meta 7
- adoção de atos ordinatórios, eliminando procedimentos desnecessários
- eliminação da necessidade de renumeração de processos no



2º grau

- I Encontro de servidores responsáveis pela tramitação dos processos no 2º grau

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

- capacitação de mais de 3 mil servidores
- implementação da Gestão por Competência
- implementação da Instrutoria Interna
- Workshop de secretários judiciais
- implantação do RH Responde
- implementação de reajuste no auxílio-saúde dos servidores

Desembargadores agilizam tramitação de processos e aumentam produtividade



Alerta na tela do computador; recursos e liminares com data limite para sair do gabinete; metas a cumprir, divisão do trabalho por especialidade; controle de processos e aumento do número de sentenças monocráticas. Essas são algumas das práticas utilizadas pelos desembargadores do TJMA para agilizar os processos. Há decisões que vão para a internet 15 minutos depois do julgamento.

De acordo com o relatório “Justiça em Números 2009”, divulgado em meados de setembro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a produtividade da Justiça do Maranhão é uma das maiores do país, tanto em primeira quanto em segunda instância. Apesar de o Estado ter a quarta menor proporção de número de magistrados e o terceiro menor custo por habitante do país, a taxa de congestionamento de processos é de 13,4%, contra uma taxa mé-

dia nacional de 50,5%. Em 2009, foram julgados 547 processos por juiz e 384 por desembargador.

Segundo o presidente do TJ, Jamil Gedeon, esse melhor desempenho é “resultado do envolvimento de todos os integrantes do Judiciário no sentido de prestar serviços judiciais mais céleres, eficientes e de qualidade aos cidadãos”. Também as melhorias das unidades em todo o estado, a nomeação de servidores e o maior foco no planejamento estratégico ajudaram a elevar a produtividade maranhense.

O volume de processos distribuídos aos desembargadores aumentou 35,63% nos primeiros oito meses deste ano (9.551) em relação a igual período de 2009 (7.042). Apesar do crescimento expressivo do número de recursos, os órgãos colegiados do Tribunal contêm, em sua maioria, recursos distribuídos em 2010.

Dos processos que deram entrada em 2009, 82% tiveram solução, segundo o relatório do CNJ. Grande parte deste resultado é fruto do aperfeiçoamento de técnicas de gestão.

Para não deixar cair o ritmo de julgamento, desembargadores e auxiliares se debruçam sobre os processos até nos finais de semana. A intenção é julgar as ações por ordem de entrada. Prioridade somente para situações determinadas pela lei, principalmente as causas urgentes e processos que envolvem idosos. O esforço dedicado à maior quantidade de trabalho tem sido compartilhado com mais atenção às partes e advogados. A iniciativa é atribuída a uma maior conscientização dos magistrados no sentido de prestar serviços judiciais cada vez mais eficientes aos cidadãos.

CONTROLE - Muitos desembargadores decidiram atacar

o que se convencionou chamar de “tempo morto” do processo, período em que o recurso em tramitação fica aguardando uma providência, seja do juiz ou das partes,. Cada gabinete tem sua técnica de monitoramento do andamento processual.

Com 105 processos julgados em agosto deste ano, Paulo Velten credita os resultados ao controle informatizado da movimentação e do tempo morto do processo. O sistema sinaliza quando um recurso fica fora por mais de 30 dias. Imediatamente é solicitada a restituição dos autos ao advogado, ou à Procuradoria, conforme o caso. “Se um processo passava, antes, 60 dias, 90 dias num órgão qualquer, a partir desse controle esse prazo caiu para 30 dias”, exemplifica o desembargador.

Cleones Cunha controla a situação dos processos não julgados por meio de relatórios semanais solicitados à Divisão de Estatística. E pede a devolução imediata quando há excesso de prazo.

No gabinete de Marcelo Carvalho foi adotado um sistema próprio de localização e protocolo manual para circulação interna de processos e distribuição por assessor. Já a desembargadora Anildes Cruz utiliza um mapa para controlar, pessoalmente, todos os processos que entram e saem do gabinete.

Raimundo Nonato de Souza, Maria dos Remédios Buna e Benedito Belo pedem relatórios semanais de toda a movimentação dos processos, para agilizar a tramitação dos que se encontram pendentes. Quando demoram na Procuradoria ou descem para diligência, seus assessores cobram a devolução à coordena-

ção competente.

Raimundo Melo e Bernardo Rodrigues analisam, diariamente, relatórios acerca do tempo de permanência e situação dos processos que estão em seus gabinetes. Rodrigues intervém sempre que um processo ultrapassa um prazo razoável. Melo utiliza uma tabela para controlar, administrativamente, a circulação dos processos, facilitando a localização.

P R A -

ZOS - A fixação de prazos é outra técnica usada para agilizar a tramitação. O gabinete de José Luiz Almeida adota o máximo de

três dias para que os assessores analisem processos com pedidos liminares. O de Lourival Serejo estabelece prazo máximo de 48 horas para avaliação de liminares. O de Maria das Graças Duarte determina que pedidos de liminares devam ser decididos em até 72 horas. Processo que entra no gabinete de Froz Sobrinho com pedido urgente deve sair, no máximo, em 48 horas. Antes, passa por uma análise prévia em até 24 horas, mesmo tempo determinado nos gabinetes de Nelma Sarney e de Raimundo Melo.

Mesmo os processos que não exigem urgência, muitas vezes são despachados em período bem abaixo de 100 dias, prazo máximo recomendado pelo CNJ para que alguma providência seja tomada em relação aos processos. No gabinete de Joaquim

Figueiredo, o processo não pode ser julgado em mais do que 15 dias, salvo quando tem de ser enviado à Procuradoria. Ainda assim, o desembargador já determina o prazo regimental ou processual ao despachar, o que lhe permite ter condições de cobrar de quem tenha que se manifestar.



Embora o acórdão (sentença final) deva ser publicado em até 10 dias após o julgamento, vários gabinetes adotam prazos menores, a maioria em dois ou três dias. Os do desembargador Marcelo Carvalho são divulgados imediatamente depois de julgados, no site do Tribunal, e enviados ao Diário da Justiça Eletrônico, para publicação.

PRÁTICAS - Há práticas variadas adotadas para dar melhor andamento à tramitação. Joaquim Figueiredo verifica cada processo e se reúne com sua assessoria jurídica duas vezes por dia.

Assim que chegou ao Tribunal, há três anos, Raimundo Nonato de Souza sugeriu um procedimento em relação a processos de 1ª instância em que o advogado entra com pedido para



apresentar razões recursais somente na 2ª instância (Código de Processo Penal parágrafo 4º, artigo 600). Após apresentadas as razões e antes de ser distribuído a um desembargador, o processo é logo devolvido pelo Tribunal ao juiz de 1º grau para receber parecer do promotor e despacho do magistrado e retornar ao TJ, evitando outras idas e vindas desnecessárias, principalmente quando é distribuído ao relator sem as razões do advogado.

Paulo Velten emprega a técnica de distribuição dos processos a seus assessores por especialização de competência, em cinco grandes áreas de concentração de atividades, prática que, segundo o desembargador,

impulsiona o serviço. Cada assessor faz um estudo do caso dentro de sua área e um relato ao desembargador. A separação de processos por assessor, conforme a especialidade de cada um, também é uma prática adotada no gabinete de Raimunda Bezerra.

JURISPRUDÊNCIA - Os desembargadores do TJ passaram a tomar decisões monocráticas (individuais) em alguns casos, sem necessidade de levá-los a julgamento perante a Câmara ou Pleno, agilizando a decisão. Essa medida é autorizada pelo artigo 557 do Código de Processo Civil, em matérias consolidadas na jurisprudência do STF e STJ. boa parte dos magistrados do TJMA

julga dessa maneira, quando possível, reduzindo o tempo até a decisão final e a quantidade de processos nas pautas de jul-

gamento.

Em agosto passado, por exemplo, Jaime Araújo, Raimunda Bezerra, Jorge Rachid, Stélio Muniz, Anildes Cruz, Maria dos Remédios Buna e Lourival Serejo foram os que mais tomaram decisões monocráticas. Jaime Araújo observa que tem julgado mais monocraticamente do que no colegiado. Segundo ele, a vasta doutrina e a orientação do STJ recomendam que não se perca tempo com o que se pode julgar individualmente, ao invés de levar esse tipo de processo para o órgão colegiado. Stélio Muniz avalia que o grande avanço que ocorreu nos últimos tempos foi graças à possibilidade de se julgar monocraticamente.

Também adepto das decisões monocráticas, Bayma Araújo revela que seu estilo é o de despachar logo, sem deixar acumular processo. Entretanto, por ser o decano do Tribunal (desembargador mais antigo), é sempre convocado a substituir os colegas da mesa diretora em caso de licença, férias ou viagens a serviço, o que influencia na sua produtividade.

A prática mais comum é julgar os processos por ordem de entrada. Benedito Belo e Jorge Rachid estão entre os que seguem a ordem de chegada e as prioridades da lei. Belo faz uma triagem dos processos antes de enviá-los à Procuradoria de Justiça, para observar se todas as formalidades foram cumpridas, evitando atrasos.

Raimundo Cutrim, Nelma Sarney e Marcelo Carvalho, membros da 2ª Câmara Cível, editaram 47 súmulas acerca de questões que são frequentemente julgadas pelo órgão, portanto já conhecidas e de



entendimento pacífico. Os três magistrados aplicam as súmulas aos processos relacionados e apreciam em bloco, julgando diversos processos da pauta simultaneamente, quando individualmente demandariam mais tempo. O julgamento em bloco é corriqueiro.

Cutrim lembra que um dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) estabelece que cada desembargador deve votar cerca de 300 processos por ano, índice que diz já haver superado há algum tempo. Outro que se orgulha da celeridade do seu gabinete é Bernardo Rodrigues, que ao analisar o relatório diário, em meados de setembro, observava ter apenas processos daquele próprio mês.

METAS - A adoção de me-



tas é mais uma técnica usada para aumentar a produtividade. Stélio Muniz, Raimunda Bezerra, Anildes Cruz, Lourival Serejo, Paulo Velten e José Luiz Almeida, dentre outros, estabelecem metas semanais de produção entre seus assessores.

Por conciliar o cargo de desembargador com a direção da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, o que o obriga a sair do Estado, Lourival Serejo também costuma levar processos para analisar em casa e mantém



contato frequente com os assessores, mesmo nos finais de semana.

Habeas corpus que chegam ao gabinete de Froz Sobrinho na sexta-feira são analisados durante o fim de semana e julgados já na sessão de segunda-feira. A equipe de Maria dos Remédios Buna tem horário fixo no gabinete, mas os assessores costumam dedicar tempo extra para cumprir as metas.

Stélio Muniz calcula que julgava cerca de 60 processos por mês, há dois anos, hoje está com uma média acima de 80 processos/mês. Atribui parte do aumento à necessidade do cumprimento de metas por seus assessores.

ATENÇÃO ÀS PARTES

- Preocupação constante dos membros do TJ é prestar atendimento satisfatório às partes e advogados. Marcelo Carvalho destaca que sua grande preocupação, enquanto servidor público, é dar uma resposta segura à sociedade, em tempo razoável.

Preocupado com a melhoria do atendimento ao público, Lourival Serejo dá atenção

às partes e advogados, além de priorizar os casos considerados urgentes, a exemplo dos que envolvem idosos.

No gabinete de José Luiz Almeida, por exemplo, existe a prática de informar e dar satisfação às partes acerca do andamento de seus processos, principalmente àquelas provenientes de famílias de baixa renda - a maioria nos processos da área criminal.

Quase todos os desembargadores citaram a nova conscientização dos magistrados, de uma forma geral, como fator preponderante dessa nova visão da instituição, que tem gerado reflexos positivos em outras instituições envolvidas com a prestação jurisdicional.



Formação do Juiz: Anotações de uma Experiência

O livro do desembargador Lourival Serejo relata suas experiências como juiz de primeiro grau, abordando os temas que suscitaram reflexão, sempre voltada para a generalidade, sem ater-se ao individual.

Preocupou-se o autor em tratar de quatro temas básicos: escolas judiciais, formação do juiz, ética e os desafios à atuação do juiz. Para o autor, o debate sobre a formação dos juízes começa no recrutamento e a preocupação com a qualificação desses profissionais, com a seriedade do concurso de ingresso. E não há dúvidas quanto à importância das escolas judiciais no processo de formação e aprimoramento dos juízes.

Ressalta o magistrado que a formação do juiz não se esgota no curso de iniciação, mas estende-se de forma permanente, ao longo de todo o exercício da função. Para esse desafio, as escolas judiciais vieram em boa hora suprir uma deficiência há muito reclamada, empenhando-se na atualização e na formação continuada dos juízes.

O desembargador federal Leomar Amorim fez a apresentação do livro, ressaltando a sua contribuição para o processo de formação do juiz. A obra mereceu referências elogiosas do desembargador Renato Nalini, maior autoridade em ética judicial no país.



É membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e representante, no Maranhão, do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

O AUTOR

O desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa é maranhense de Viana.

O Presépio Queimado foi sua primeira obra. Também escreveu contos, crônicas e memórias: Rua do Porto, Contribuições ao Estudo do Direito, Direito Constitucional da Família, Do Alto da Matriz, O Baile de São Gonçalo, As Provas Ilícitas no Direito de Família e Programa de Direito Eleitoral são seus outros livros publicados.



Relações Simultâneas Conjugais: o Lugar da Outra no Direito de Família

Relacionamentos extra-conjugais sempre foram velhos conhecidos na história e na estória dos seres humanos, povoando poesias, romances, bibliografias

familiares.

No livro “Relações Simultâneas Conjugais: o lugar da Outra no Direito de Família”, a bacharel em Direito maranhense Bruna Barbieri Waquim não se limita a estudar as relações extra-conjugais. Busca um cenário muito mais panorâmico sobre as relações conjugais e a própria instituição da família.

Engana-se quem imagina que o livro defende incondicionalmente os direitos do(a) amante.

Na verdade, do trabalho de pesquisa da autora surgem três hipóteses de relações simultâneas

conjugais, e a partir de cada característica da constituição simultânea é formulada a teoria da possibilidade ou não da produção de efeitos jurídicos, e se no campo do Direito das Obrigações ou de Família.

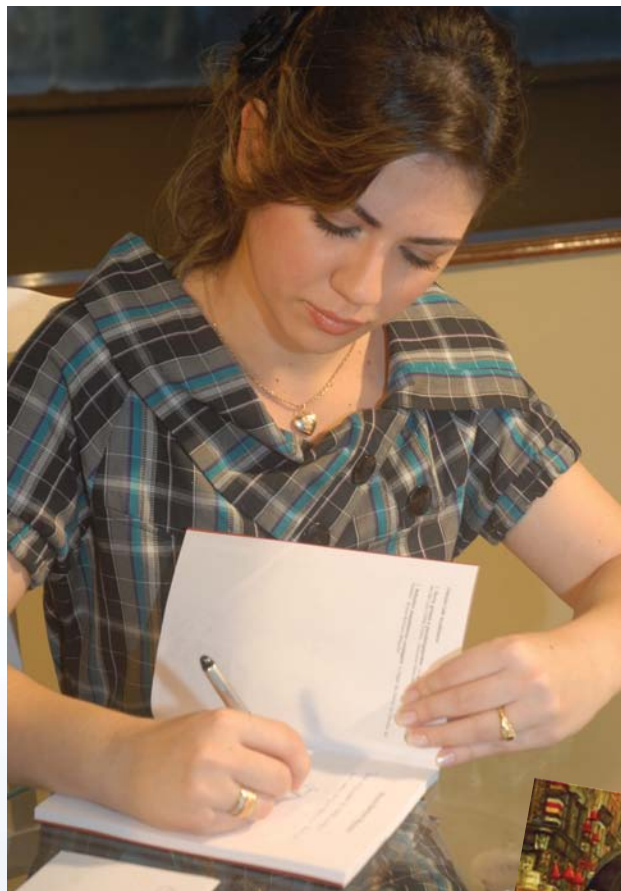
O resultado é uma análise envolvente sobre os elementos de formação de uma relação conjugal, aliados a um exercício de compatibilização de princípios fundamentais, regados com uma farta coleção de doutrinadores.

O livro é baseado na monografia de conclusão do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, aprovado com nota máxima pela banca examinadora, sob a orientação do Juiz de Direito e Professor José de Ribamar Castro, titular da 1ª Vara da Família da Comarca de São Luís.

A AUTORA

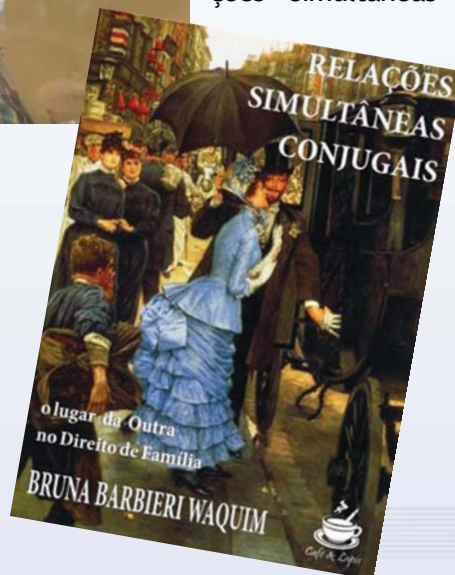
Bruna Barbieri Waquim nasceu em São Luís e graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. É pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Católica Dom Bosco/Rede Marcato e em Direito do Consumidor pela Universidade Anhanguera/Rede LFG.

É chefe de gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



e reportagens.

Atualmente temos, porém, uma relativa novidade: a defesa de que esses relacionamentos possam, atendidos certos requisitos, ser reconhecidos pelo Direito e produzir validamente efeitos jurídicos, inclusive na condição de entidades





Tribunal com nova biblioteca

Peças jurídicas que remontam aos séculos XVII, XVIII e XIX recebem cuidados especiais de guarda, manuseio e conservação.

O Código Phillipino - o primeiro ordenamento jurídico do Estado do Maranhão, as Novellas de Justiniano; a Coleção de Leis do Império do Brasil (a partir de 1750); os Registros de Testamentos (1813 - 1865), e os Registros de Títulos de Desembargadores (1813); o inventário de bens de Ana Jansen e Le Livre du Digeste são algumas dessas raridades.

Esse conjunto valioso compõe o acervo de 12.247 títulos da Biblioteca do TJMA, visi-

tado por operadores da Justiça, historiadores, pesquisadores, estudantes de Direito e funcionários do Judiciário, que ocupa três salas do andar térreo do Palácio Clóvis Bevilácqua, na Praça Pedro II, no Centro de São Luís.

Dentre as obras contemporâneas mais importantes no mundo da literatura jurídica encontram-se a Coleção do Senado Federal, a Enciclopédia Barsa Universal 2010; publicações de autores renomados como Alexandre de Moraes (Direito Constitucional); Ives Gandra Martins (Direito Tributário); Pablo Stolze (Direito Civil); Maria Helena Diniz (Direito Civil); Marcos Ramayana (Direi-

to Eleitoral); Edis Milaré (Direito Ambiental); Hely Lopes Meireles (Direito Administrativo); e Baleeiro (Direito Tributário).

Aquisições são feitas mensalmente, para enriquecer e atualizar o acervo, por meio de compra ou doação com Editoras e Instituições da área jurídica.

A data exata da criação da Biblioteca do TJMA não se sabe com precisão, mas acredita-se que sua estruturação tenha sido iniciada a partir da data de instalação da corte estadual, em 4 de novembro de 1813. Mas somente no ano de 1973, com a contratação de sua primeira bibliotecária, passou a ser organizada tecni-

camente, obedecendo às normas de Biblioteconomia.

A Biblioteca adota o Sistema de Classificação Decimal de Direito (CDDir.), na organização técnica de seu material bibliográfico, composto por livros, obras de referência (dicionários, enciclopédias, códigos, etc.), teses, monografias, folhetos, recorte de jornais, periódicos, Diário Oficial do Estado do Maranhão (Poder Executivo e Judiciário), cd's, disquetes, fitas em VHS e DVD.



Todo esse acervo de livro e legislação é feito por meio do Sistema de Automação de Biblioteca - SIABI. O controle dos periódicos é feito pela ficha Kardex.

A biblioteca do TJ conta ainda com um sistema automatizado interligado às bibliotecas da ESMAM e Fórum, que permite ao usuário interno pesquisar obras existentes em todas elas. Também disponibiliza consulta local por usuários externos.

O acervo está disponível para consulta está distribuído em três salas, sendo duas para estudos, incluindo cabine para pesquisa virtual e uma sala de

serviços técnicos e balcão para atendimento. Além de adquirir material através de compra, o Tribunal também recebe doações de Editoras e Instituições relacionadas a área jurídica.

O empréstimo funciona somente para magistrados e servidores, mediante cadastro. Aos visitantes é permitido o acesso às informações em consulta local, aos serviços de pesquisa e levantamento sobre atos, portarias, e editais de concurso.

REFORMA - Em 24 de agosto deste ano, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon reabriu as novas instalações da biblioteca, após longo período fechada para reforma, com acervo renovado pela aquisição de 584 novos títulos. Foram investidos R\$ 59 mil na modernização do serviço.

A biblioteca conta com mais de dois mil usuários cadastrados, entre servidores e magistrados.

A coordenadora Cíntia Costa informou que o TJ mantém termo de cooperação com o Superior Tribunal de Justiça,

e integra o consórcio de BDJur, rede de informações digitais formada pelos órgãos do Poder Judiciário nas esferas federal e estadual de todo o Brasil, que dá acesso à pesquisa sobre os acervos das bibliotecas digitais.

Produtos e Serviços

Pesquisa Local - livre acesso às estantes.

Pesquisa em Base de Dados - com o auxílio, ou não de um bibliotecário, nas bases em cd-rom.

Empréstimo Domiciliar - Restrito a usuários cadastrados.

Empréstimo entre Bibliotecas - solicitação de material bibliográfico em outra Biblioteca.

Levantamento Bibliográfico - Localização da Informação em fontes especializadas

Pesquisa Virtual - pela Internet.
Acórdãos do Tribunal de Justiça do Maranhão - decisões proferidas que são publicadas nas Revistas dos Tribunais, Forense e Revista Jurídica.

Ementário Estadual - publicação mensal contendo a legislação extraída do Diário Oficial - Poder Executivo.

Ementário Federal - publicação mensal contendo a legislação extraída do Diário Oficial - Poder Executivo.

Novas Aquisições - listagem de publicações mensalmente adquiridas por meio de compra, doação ou permuta.



Ouvidoria a serviço da comunidade

Um projeto acalentado no Tribunal de Justiça há uma década finalmente saiu do papel: A criação da Ouvidoria, em 8 de novembro - mais um compromisso de posse assumido e cumprido pelo desembargador Jamil Gedeon.

O órgão foi instalado no mezanino da “Casa da Justiça e Cidadania”, onde há poucos meses fora inaugurada a sede do Projeto “Casas da Justiça e Cidadania”, pelo Conselho Nacional de Justiça. Fica localizada no térreo do Shopping Jaracati, local de fácil acesso e estacionamento gratuito, funcionando

das 8h às 18h, de 2ª a 6ª. Aos finais de semana e feriados, o serviço recebe solicitações por correio eletrônico.

Antes da instalação, o e-mail ouvidoria@tjma.jus.br, divulgado na imprensa, recebeu dezenas de mensagens de solicitação dos seus serviços. Para o presidente do TJMA, isso demonstra a necessidade da criação do órgão e atesta o “grau de confiança que a sociedade maranhense deposita no Poder Judiciário para solucionar a sua demanda”.

As solicitações de atendimento podem ser feitas pessoalmente, por carta, telefone

(08800-707-1581) ou internet e são encaminhadas ao desembargador José Bernardo Rodrigues, indicado pela presidência e aclamado pelo Pleno ouvidor titular, tendo como substituto o desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Em seu discurso, o presidente do TJMA, Jamil Gedeon, disse que ambos os projetos - Ouvidoria e Casa de Justiça - refletem um novo momento para o Poder Judiciário, em que este, em sintonia com os anseios sociais, busca uma maior aproximação com a comunidade, estabelecendo novos canais de comunicação,

que permitam chegar até nós a opinião do jurisdicionado sobre os serviços forenses.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, compareceu à solenidade e advertiu que o magistrado se esquece de que é um servidor público e que a Ouvidoria se prestará à função de orientar, informar e colaborar para o aprimoramento dos serviços judiciários.

O desembargador-ouvidor destacou, na oportunidade, que a instalação da Ouvidoria obedece aos princípios constitucionais de “transparência e eficiência”.

As atribuições da Ouvidoria no Judiciário maranhense estão definidas na Resolução Nº 20/2010, em conformidade com os princípios constitucionais de transparência e eficiência.

Cabe ao ouvidor receber consultas, reclamações, denúncias, críticas, diligenciar junto às unidades judiciais e administrativas, promover apuração de reclamação de deficiência nos serviços, abusos e erros cometidos por magistrados e servi-



Solenidade de inauguração com o ministro Gilmar Mendes

dores, desde que respeitadas as competências do Tribunal e da Corregedoria, etc.

No Maranhão, a primeira proposta de criação da Ouvidoria surgiu na gestão do desembargador Jorge Rachid na presidência do TJ, em 2000, mas não prosperou.

Outra iniciativa, já na gestão do desembargador Raimundo Cutrim também não chegou a ser concretizada.



HISTÓRIA - O instituto da Ouvidoria na história do Poder Judiciário na sociedade maranhense remonta ao período colonial, quando o território brasileiro foi dividido em Capitânicas Hereditárias, administradas pelos Governos Gerais. Havia os chamados Ouvidores, autoridades indicadas pelo Rei de Portugal, investidos de poderes de lavar e promulgar leis; estabelecer câmaras legislativas;

atuar como comissários de Justiça, e ouvir reclamações e reivindicações da população sobre improbidade e desmando por funcionários do governo.

A 2ª Ouvidoria em terras brasileiras fora instituída no Maranhão, de ordem do Rei Felipe III de Espanha (IV de Portugal), em 7 de novembro de 1619. Dois anos depois, o Estado do Maranhão estaria separado do Estado do Brasil.



OUVIDORIA

Tribunal de Justiça do Maranhão

A Justiça conta com você

A Ouvidoria é um canal de comunicação direta do cidadão com o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário.

Casa de Justiça e Cidadania
Subsolo do Shopping Jaracati. Avenida Carlos Cunha, 3000
Bairro Jaracati - São Luís – MA

0800-7071581 | ouvidoria@tjma.jus.br
2ª a 6ª feira | das 8h às 18h.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça



CASAS DE JUSTIÇA
E CIDADANIA



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça